

Confira nesta edição



SINDAFEP inicia campanha em defesa da categoria

p. 4 e 5

Fisco



Secretário da Fazenda
se manifesta
em favor dos
Auditores Fiscais

p. 7

Sindical



Auditores aprovam
prestação de contas
do SINDAFEP
em Assembleia

p. 9

Social



Romantismo
e diversão para
os filiados ao
SINDAFEP

p. 12 e 13

Social



Prepare-se,
o 25º EFA
está chegando!

p. 18

Direitos

Servidores poderão
ter aposentadoria
compulsória aos 75 anos

p. 11

Editorial

Palavras da diretoria

A categoria dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná protagonizou, nos últimos anos, diversas ações coroadas de êxito. Começando pelo crescimento da arrecadação – que atingiu a marca de 64% no período de 2011 a 2014 e superou todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste –, passando pelas ações sociais e fechando, com chave de ouro, ao promover o Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), que dissemina as boas práticas na administração pública por todos os municípios do estado.

Mas nem assim conseguiu escapar da generalização imposta pelas mídias que promoveram um verdadeiro espetáculo de horror ao rotular toda uma categoria com base em desvios de conduta praticados por alguns integrantes da classe.

Os responsáveis por esses espetáculos patrocinaram um linchamento público contra os auditores fiscais estaduais – alcançando, inclusive, a Receita Estadual e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP). Estas instituições, no entanto, estão entre as mais eficientes do Brasil, superando os principais estados em evolução da arrecadação.

São um tanto quanto criminosas a leviana difamação e a destruição da moral e da dignidade daqueles que dedicaram a sua vida ao estado, uma vez que acusações amplas e desvinculadas de fatos colocam sob suspeita

todos que passaram pelo Fisco nos últimos 30 anos.

Não é admissível que, sob o argumento de combater um crime de corrupção, se cometam outros que firam princípios básicos como o da dignidade. Não somos contra a investigação, muito pelo contrário, somos os maiores interessados na identificação e punição dos verdadeiros culpados, mas tudo dentro dos limites do processo legal.

Abrindo o contraditório, possibilitando a defesa, a prova e a contraprova e, jamais, condenando publicamente antes do julgamento imparcial. Direitos e garantias individuais estão sendo violados, causando prejuízos irreparáveis àqueles que poderão ser inocentados ao final do processo. O preconceito contra a categoria que decorre da generalização, afeta sensivelmente o exercício da atividade de fiscalização em prejuízo do erário.

Não podemos permitir que este espetáculo de superexposição midiática ofusque a compreensão e a capacidade de tomar decisões legislativas dentro da lógica e da tendência da evolução das administrações tributárias em todo o país.

Temos que continuar lutando pela autonomia do Fisco e impedir que ingerências políticas permitam a ocupação de cargos de administração e seu comando por indivíduos sem compromisso com a ética, a moral e o bem comum.

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

José Carlos Carvalho

Vice-presidente Sindical:

Wanderci Polaquini

Vice-presidente de Administração:

Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Vice-presidente de Finanças:

Olávio Pires Pereira

Vice-presidente de Aposentados e**Pensionistas:** Delcídes Toneli

SUPLENTE

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Pedro Luiz de Paula Neto; Cláudio Tosatto; Clóvis Agenor Rogge.

CONSELHO FISCAL

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto Stadler.

SUPLENTE

Domingos Casselli Mansani; Luiz Ciruelos Sobrinho; José Antonio Sarturi.

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

Agenor Carvalho Dias; Reginaldo de França; Carlos Alberto Tomé Coradi; João Marcos de Souza; Cesar Augusto Konart; Fernando Takeshi Ishikawa; Ricardo de Freitas; Ademir de Andrade; José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato; Manoel Marques Neto; Wagner de Faria Lima; Genildo Duffeck Tibes; Paulo Sérgio Chagas Terra; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Plínio Luiz Faedo; Ademar Caetano da Silva.

SUPLENTE

Acácio Biu Filho; Sandra Regina Alves; Joaquim Antonio da Silva Maia; João Marcos Tripoli; Salvador Raymundo Marin; Evaldo Ernesto Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Márcio Antonio Ribeiro Rosa Mazini; José Carlos Guidotti; Luiz Antonio Marqueze; Edson Akinori Molimoto; Ignês Bruchez; Renato José Brisola; Lúcia Ana Pinquello; Fred Muniz; Erson Lopes da Silva.

SINDAFEP | 41 3221-5300

ABRIDOR DE LATAS

| www.abridordelatas.com.br |
41 3026-0630

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Guilherme Mikami (SRTE 9458/PR)
Larissa Amorim (SRTE 9459/PR)
Larissa Knaipp
Rebeca Mileski

PROJETO GRÁFICO: Guilherme Mikami

DIAGRAMAÇÃO: Larissa Knaipp

TIRAGEM: 2.500 exemplares

Falecimentos

ANGELINO JOSE FOQUEZATTO	09/05/2015
ISRAEL IVO DA FONSECA	12/05/2015
RAUL MACHADO PINTO	21/05/2015
PEDRO ALEXANDRINO DE SOUZA	21/05/2015
AIRTON JOAO NASCIMENTO	25/05/2015
AMPRILO CRUZ DE OLIVEIRA	06/06/2015
LUIZA ZANATTA RISSO BARROSO	09/06/2015

Desinformação em tempo real e a delinquência processual...

Com a capacidade de raciocinar eclipsada pelos cerebrinos bombardeios das redes sociais, de blogueiros, além de setores da mídia colaboracionista, nossa população faz ressurgir aquela velha turba que, com igual vigor, grita para culpados e inocentes: “crucificai-o”!

As reações são as mesmas de outrora. A diferença para com a atualidade está apenas no cenário: roupas, cortes de cabelo e smartphones em punho. Facilmente manipuláveis, continuam aplaudindo Judas, escolhendo Barrabás, cultuando bezerros de ouro, matando pessoas em fogueiras, ou de formas várias. Sabem os poderosos que, para cometer injustiças impunemente, é preciso demonizar previamente.

A desinformação em tempo real dá origem a falsas imagens, e a massa ignara transforma-se em monstro multifacetado, no afã de “combater monstros”.

Assim, inconsequentes deturpadores de opinião constroem castelos de fumaça, e alienados passam a “residir” neles com seus infalíveis smartphones.

Nossos bárbaros contemporâneos são emancipados de costumes, predadores do direito posto e ladrões da liberdade. Instintivamente, praticam a Lei de Lynch, atentam contra instituições, banalizam patrimônios, crenças, honras e vidas alheias.

Aliás, casos de linchamentos físicos têm aumentado vertiginosamente nesta quadra histórica brasileira, fronteira da desesperança, em brados insanos por

mais prisões e presídios, afora o silêncio com o sucateamento da educação. Comemoram inaugurações de shopping centers e não se incomodam com fechamento de fábricas e hospitais.

Das torres dos seus castelos de fumaça, os alucinados por superexposição midiática vislumbram planícies imaginárias de um mundo perfeito. Daí as ilusões pisoteiam a lógica racional e se propagam geometricamente, rumando ao insuportável do incompreensível. No paraíso dos hedonistas, supor e odiar são mais cômodos do que raciocinar.

Mas, se os problemas são reais, como enfrentá-los com ilusões?

Investigações e processos devem partir de fatos determinados, comprováveis tecnicamente e às claras, assegurando defesas. Não se concebem imposições de vontades pessoais para destruir reputações dos investigados ou de terceiros em explícito terrorismo de estado.

Como se não tivéssemos leis, apresentam-nos como troféus a prostituta das provas, agora como rainha e, em público, acusados torturados psicologicamente, coagidos e extorquidos, travestidos de testemunhas “fidedignas”. Para completar a calamidade artificial, tribunais, postos para conter abusos, vivem dias de Pilatos, mortificando cláusulas pétreas e até convertendo a maior delas em “negas corpus”, como se a única regra fosse esta: “se o povo gostou, tudo pode...”

Culpas somente podem ser estabelecidas com prudentes sentenças judiciá-

rias calcadas na lógica racional. Investigar, acusar, defender e verdadeiramente julgar são atos de ciência, de construção e de amor pelo próximo, jamais de ódio e de destruição.

Violações de princípios basilares são nefastas para todos. Por justiça divina ou poética, observo que o mesmo governo que permitiu o linchamento moral da médica que defendo, agora, em espetaculosa investigação, ficou também exposto a idêntico desatino, enquanto Justiça é obra serena de cultura de um povo!

Há muito tempo luto contra o que denominei “delinquência processual”. Não concebo o prometido estado democrático de direito sem uma lei que tutele o manejo das normas processuais, inibindo severamente violações, que solapam os mais elementares direitos das pessoas, com os respectivos violadores impunes.

Indago aos templários do caos, produtores e mercadores desses medievais espetáculos de horror: se mesmo a pena definitiva tem caráter ressocializador, por que prisões temporárias ou preventivas têm esse poder destruidor e irreparável na vida das pessoas?

Ou a nação se mobiliza, suprapartidariamente, em um pronto pacto social para restaurar o Brasil, conforme a Constituição prometeu, ou, entregues ao jugo dos liberticidas, sem volta, entoaremos o canto lúgubre das liberdades perdidas!

Elias Mattar Assad

Valorização

SINDAFEP inicia campanha em defesa da categoria

IMAGINE UM ESTADO QUE NÃO OFEREÇA SERVIÇOS ESSENCIAIS

ÁGUA E ESGOTO	LUZ	HABITAÇÃO	JUSTIÇA	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EDUCAÇÃO	CULTURA	ESPORTE	SEGURANÇA PÚBLICA
BOMBEIROS	MINISTÉRIO PÚBLICO	SAÚDE	ESTRADAS	MEIO AMBIENTE

ESTE SERIA UM LUGAR SEM O AUDITOR FISCAL ESTADUAL
RESPONSABILIDADE É A NOSSA RECEITA

SINDAFEP
SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ

Para atuar de forma séria e eficaz, é preciso ter sensibilidade para perceber as necessidades da categoria e estar preparado para defender seus representados.

É por isso que o SINDAFEP iniciou, em 24 de junho, uma campanha de valorização dos Auditores Fiscais, em vista das generalizações que estes vêm sofrendo. Para mostrar a importância do trabalho realizado e explicar para a sociedade a atuação dos Auditores, a

campanha terá duração de dois meses e será veiculada em rádios, jornais, internet e mídias sociais – com ampla divulgação no Paraná.

A ação terá dois posicionamentos diferentes: um para defender o Sindicato como entidade que luta pela categoria – fortalecendo o posicionamento da entidade perante a sociedade.

O outro foco será o de resgatar a autoestima e o justo orgulho dos Auditores Fiscais e da Receita Estadual – desesti-

mulados após as diversas denúncias no órgão – e demonstrar a importância do trabalho desenvolvido, mostrando os resultados positivos alcançados com a atuação eficiente, séria e comprometida com o desenvolvimento do Paraná e o bem-estar da população.

PROJETOS SOCIAIS

“Nós não fechamos os olhos” foi o slogan escolhido para o primeiro foco da campanha. O objetivo é mostrar que as

TEM REMÉDIO E ATENDIMENTO NO HOSPITAL ESTADUAL?

Fruto do trabalho dos Auditores Fiscais estaduais, que arrecadam recursos para que isso seja gratuito para você.

Vendinha do Fisco SINDAFEP

Para a cidadã de osanã, transferimos conhecimento.

Desde 2000, já ensinou 100 mil crianças.

Saiba parte deste resultado.

O Estado precisa de recursos para educação, saúde e segurança

Quem garante esses recursos?

O Auditor Fiscal estadual

ações do SINDAFEP vão além da representação sindical, mas que a entidade também se importa com a sociedade paranaense ao desenvolver e participar de projetos sociais que ajudam a mudar a vida de pessoas à margem da sociedade.

Por meio de dados sólidos, o Sindicato mostrará os projetos que vêm sendo desenvolvidos e quantos paranaenses foram beneficiados com as ações.

Entre as principais colaborações, estão as parcerias com o Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar) e com a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN), e o PGP-PR. Esses e tantos outros que trazem resultados à sociedade e agora serão divulgados.

Essa primeira parte terá veiculação em 20 jornais por todo o estado, duas propagandas de rádio, 18 posts para as redes sociais e uma propaganda em vídeo.

VALORIZAÇÃO

Com um trocadilho, o slogan para este segundo foco permite os conceitos de método de trabalho (receita para o sucesso) e de pertencimento (Receita Estadual): “Eficiência é a nossa Receita”.

Dessa forma, as qualidades dos Auditores Fiscais vão sendo alternadas nos materiais para fazer uma variação do comprometimento da categoria. “Serie-

dade é a nossa Receita”, “Compromisso é a nossa Receita”, entre outros.

Atividades desenvolvidas pelos Auditores Fiscais e o que é garantido à população por meio do seu trabalho serão mostradas neste segundo eixo. Os resultados, como os que mostram que o Paraná foi o estado que mais aumentou sua arrecadação no período de dez/2010 a dez/2014 (64%), por exemplo, serão apresentados.

Também será exemplificado como o trabalho dos Auditores Fiscais garante os recursos que o estado deve utilizar na aplicação e desenvolvimento das políticas públicas em benefício da população.

Para este foco, serão dez veiculações em jornais – sendo uma em 20 diferentes jornais e nove no *Metro* –, nove

propagandas para rádio, 26 posts para as redes sociais e uma propaganda em vídeo.

PARTICIPE!

Ao todo, os materiais terão 11 veiculações em jornais, 196 inserções em rádios, 44 posts para as redes sociais e duas propagandas em vídeo. Dessa forma, milhões de pessoas serão alcançadas.

Ambos os focos serão veiculados ao mesmo tempo, para gerar maior divulgação dos Auditores Fiscais na mídia.

Porém, para esta campanha em defesa da categoria ser bem-sucedida, é necessária a participação massiva dos Auditores Fiscais, compartilhando e curtindo as publicações nas redes sociais – gerando maior divulgação dos materiais.



Nota de esclarecimento da Fenafisco

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), entidade sindical com base territorial nacional, representante dos servidores públicos fiscais tributários, estaduais e distrital, vem – à luz dos recentes fatos ocorridos na Administração Tributária do Estado do Paraná envolvendo Auditores Fiscais – manifestar o seu firme e resolutivo apoio à apuração rigorosa e transparente de todo e qualquer malfeito que possa ter sido cometido, tanto por agentes públicos quanto por particulares.

No entanto, posiciona-se a favor do Estado Democrático de Direito, que possui como alguns de seus corolários, no sistema constitucional penal, o contraditório, a ampla defesa, e a presunção da inocência, de tal sorte

que, em havendo dúvida, ela se reverta em benefício do “réu”.

De igual modo e com a mesma ênfase, compreende o devido processo legal como postulado fundamental do direito constitucional, que se manifesta pela proteção à vida e à liberdade em sentido amplo, dele derivando todos os demais princípios.

Dentre as manifestações contidas em suas cláusulas, destacam-se a garantia ao acesso à justiça, a igualdade de tratamento, a publicidade dos atos processuais, a regularidade do procedimento, e o julgamento de acordo com as provas obtidas licitamente entre outros, sob pena de ser gravemente violado em seus preceitos.

Não se pode conceber que, após quase 27 anos de Constituição cidadã, seja o cidadão encarcerado, para depois compreender a existência ou não das razões para o cárcere. A Fenafisco

entende que tal precipitação não condiz com o Estado Democrático, pelo qual luta e colabora.

O cárcere deve ser fim, após o devido processo legal, e não meio. Condena-se todo ato que atente contra a personalidade do cidadão, tais como a honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação. Não se pode destruir vidas.

O prejuízo da precipitação é incalculável. Em Estado de Inocência devem permanecer os indiciados, até sentença condenatória irrecorrível.

Não há defesa das liberdades individuais quando a sanção antecede o processo, quando a culpa é massificada, quando se fragiliza a defesa antes mesmo que se saiba pelo que se deverá lutar. Que não sejam vãos os comandos constitucionais de que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado.

Por fim, ressalta o brio e a importância dos Auditores Fiscais Estaduais e Distrital, incluindo os do Paraná – que são, majoritariamente, servidores honrados, dignos e comprometidos com o bem público e trabalham diariamente para um estado melhor para os seus cidadãos.

FENAFISCO
Federação Nacional
do Fisco Estadual e Distrital



Secretário da Fazenda se manifesta em favor dos Auditores Fiscais

Em sessão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep) em 17 de junho, o secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, se manifestou sobre o trabalho do Fisco paranaense em defesa dos Auditores Fiscais.

Em sua fala, o secretário defendeu a integridade dos Auditores, que têm trabalhado há anos para garantir os recursos que mantêm o funcionamento do estado.

De 2010 a 2014, por exemplo, o Paraná foi um dos estados que mais aumentou sua arrecadação, se consolidando como o que teve o maior índice entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O crescimento foi de 64%, fruto do trabalho eficiente e comprometido dos Auditores Fiscais da Receita Estadual.

“A quase totalidade dos servidores é extremamente séria e competente, e foi por intermédio desta que nós tivemos o incremento na arrecadação no governo Requião e no governo Beto Richa, com um crescimento significativo de receita”, afirmou Costa.

CARREIRA

Enquanto carreira exclusiva de Estado, garantida pela Lei Complementar (LC) 131 de 2010, o trabalho dos Auditores Fiscais é essencial para sustentar serviços públicos essenciais à população.



Segundo a Constituição Federal de 1988, algumas atribuições do estado são de competência exclusiva aos Auditores Fiscais. É por meio da eficiência nos trabalhos de arrecadação, tributação, fiscalização que há recursos para os investimentos necessários nas áreas sociais.

JUSTIÇA

Com as recentes denúncias de corrupção feitas contra Auditores Fiscais e com o alarde feito pela grande imprensa, o secretário defendeu que é

preciso tomar cuidado para não julgar todos os Auditores pelos erros cometidos por alguns, para que a população não encare como um problema de toda a Receita, mas sim como casos isolados.

Costa destacou que caso existam pessoas que cometeram irregularidades elas devem ser punidas, mas isso “não deve comprometer o restante da organização nem os outros Auditores Fiscais honestos e íntegros que existem na Secretaria da Fazenda (Sefa)”.

O SECRETÁRIO DEFENDEU A INTEGRIDADE DOS AUDITORES, QUE TÊM TRABALHADO HÁ ANOS PARA GARANTIR OS RECURSOS QUE MANTÊM O FUNCIONAMENTO DO ESTADO.

Defesa da categoria

Audidores visitam presidência do TJ-PR na em defesa da categoria

Em 8 de julho, o SINDAFEP e membros da comissão indicada pelo Conselho de Representantes Sindicais (CRS) foram até o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) levar uma nota oficial ao presidente do órgão, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

O objetivo do documento é divulgar à população e aos órgãos interessados que a generalização dos Auditores Fiscais prejudica a imagem da categoria e fere aqueles que trabalham de forma responsável e dentro da legalidade.

De acordo com o advogado indicado pela comissão, Elias Mattar Assad, “as



inconseqüências e excessos ilegais, que levaram à hostilização pública dos Auditores Fiscais, impossibilitando o exercí-

cio de suas atividades, interessam apenas aos sonegadores que abominam a ideia de cumprir a lei e de serem fiscalizados”.

Audidores Fiscais recebem apoio da Câmara Municipal de Curitiba

Em sessão extraordinária na Câmara Municipal de Curitiba (CMC) em 2 de julho, a comissão indicada pelo CRS do SINDAFEP participou de uma declaração em defesa da categoria.

O advogado Elias Mattar Assad falou no Plenário da Câmara que a opinião pública não pode generalizar os servidores como se todos estivessem envolvidos no esquema de corrupção.

O primeiro vice-presidente do Legislativo, Felipe Braga Côrtes (PSDB), declarou que é preciso fazer uma separação daqueles que trabalham de forma séria na Receita. O líder do governo, Paulo Salamuni (PV), prometeu apre-



sentar uma moção de solidariedade à categoria com a assinatura dos 28 vereadores. A sessão foi uma oportunidade

para os representantes do povo reconhecerem o papel fundamental que os Auditores Fiscais exercem no Paraná.

SINDAFEP continua na luta contra a taxaço dos aposentados

O SINDAFEP protocolou, no TJ-PR, um pedido de liminar para colocar fim à taxaço previdenciária de aposentados e pensionistas.

Apesar da iniciativa da entidade, em 7 de julho, o desembargador Luís Carlos Xavier negou o pedido que beneficiaria a categoria.

De acordo com Xavier, o STF entende que inexistente direito adquirido à não incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos, e que “o caráter alimentar das pensões e dos proventos por si só não constituem fundamento para a concessão da me-



da, uma vez que a incidência da contribuição não importa em supressão total do benefício”.

A decisão que negou a liminar deverá ser agravada pelo advogado da ação.

Amsulep recebe coordenador-geral do PGP-PR

Audidores Fiscais e o coordenador-geral do PGP-PR, Laerzio Chiesorin Junior, estiveram presentes na cerimônia de posse da nova diretoria da Associação dos Municípios da Região Suleste do Paraná (Amsulep) para fazer a divulgação do Prêmio.

A reunião foi realizada em 2 de julho, no município de Rio Negro, e contou com cerca de 80 pessoas entre prefeitos, secretários municipais, presidentes de Câmara, vereadores e servidores municipais.

Foi uma boa oportunidade para trocar ideias e explicar sobre a premiação, uma vez que diversos gestores públicos compareceram à cerimônia.



O Auditor Fiscal Osmar de Araujo Gomes representou o SINDAFEP no encontro, acompanhado do Auditor

Paulo Pereira de Carvalho, e Canísio de Souza da Agência de Rendas de Rio Negro.

Servidores públicos poderão ter aposentadoria compulsória aos 75 anos

O tempo de trabalho poderá mudar para todos os servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios. Isso porque o Senado aprovou, em 1º de julho, por 59 votos a 5, a proposta que estabelece a aposentadoria compulsória aos 75 anos.

Com o Projeto de Lei do Senado (PLS) 274/2015 - Complementar, de iniciativa do senador José Serra (PSDB-SP), o prazo para a aposentadoria compulsória aumentará cinco anos em relação à regra atual.

A mudança surgiu da chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Bengala, que foi promulgada em maio e aumentou para 75 anos a aposentadoria compulsória de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

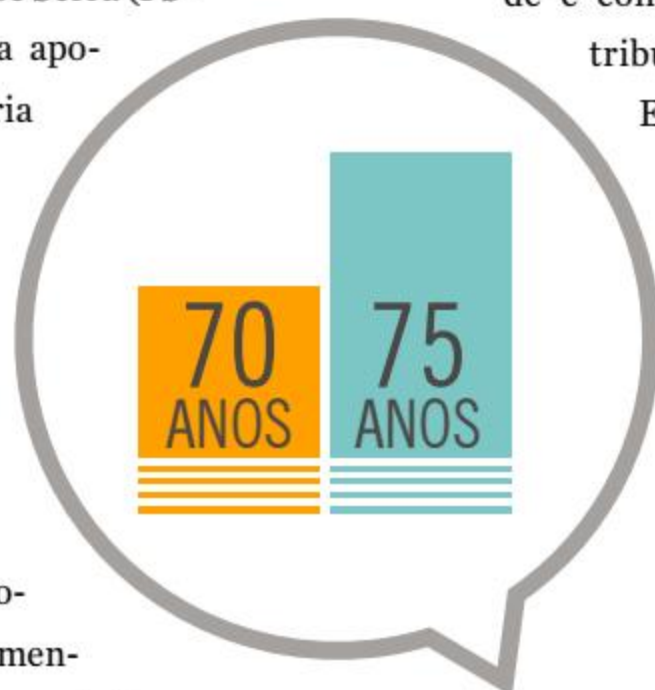
De acordo com o autor do projeto, a mudança deve ser positiva tanto para os servidores quanto para o Estado, já que deve possibilitar uma economia de mais de R\$ 800 milhões ao ano só para a União pelos próximos 55 anos.

“Este é um projeto que representa um jogo de soma positiva. É uma medida vantajosa seja para quem se aposenta, seja para o governo, do ponto de vista financeiro”, afirma Serra.

Para a diretoria do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP), com a nova regra, os servidores que quiserem poderão se aposentar mais tarde e continuar contribuindo com o Estado.

“Sabemos que há servidores que ainda têm muito a oferecer e produzir mesmo aos 70 anos. O que vai mudar se a proposta for aprovada é que eles terão mais tempos para transmitir o conhecimento acumulado, contribuindo para a memória das instituições”, destaca o vice-presidente sindical da entidade, Wanderci Polaquini.

Com a aprovação pelos senadores, o texto agora segue para deliberação na Câmara dos Deputados e, posteriormente, para a sanção presidencial.



SINDAFEP na luta contra a violência à pessoa idosa

Como parte das ações sociais do SINDAFEP, em 15 de junho a entidade participou do Seminário Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, que ocorreu no Palácio da Araucárias.

A atividade foi promovida pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (Cedi-PR) e contou com a participação de diversas entidades, inclusive do SINDAFEP – que faz parte tanto do Cedi-PR quanto do Fórum Paranaense da Pessoa Idosa (FPPI).

Na mesma data, como atividade do Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa, foi realizado

no Hospital do Idoso Zilda Arns um ciclo de palestras para debater os tipos de violência, maneiras de identificar esses casos e o risco do uso de medicamentos sem orientação médica.

Instituído em 2006 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, o Dia Mundial de Conscientização da Violência à Pessoa Idosa tem diversas ações em várias regiões que visam dialogar com a sociedade para garantir o envelhecimento saudável e com dignidade, e repudiar a violência como forma de violação aos direitos humanos.

“Essa data merece atenção especial devido à quantidade de casos de violência contra o idoso que a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba notificou no ano passado: 258. É um número expressivo e, por isso, precisamos apoiar entidades e iniciativas que buscam reverter esse quadro”, afirma a assistente social do Sindicato, Maria Ines Dias Chaves Pereira.

De acordo com dados do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), só em 2014 foram mais de 27 mil denúncias de abusos contra idosos.

As formas mais frequentes são a negligência, violência psicológica, abuso financeiro e econômico, e violência física e sexual. Entre as formas de violência menos denunciadas estão a institucional, a discriminação e outras violações ligadas a direitos humanos, trabalho escravo e torturas.

DENUNCIE

Caso ocorra violência contra a pessoa idosa, existem meios para denúncia. O Disque Idoso Paraná é um deles e pode ser acessado por telefone (0800-41-0001) ou e-mail (disqueidoso@setp.pr.gov.br).

Outro serviço para denúncia é o Disque 100 – Disque Direitos Humanos. Se você souber de casos de qualquer tipo de violência contra a pessoa idosa, denuncie. A violência contra os idosos é um ato intolerável e inaceitável.



Romantismo e diversão para os filiados ao SINDAFEP



Quem aproveitou o Dia dos Namorados com a programação do SINDAFEP não se arrependeu. O final de semana de 12 e 13 de junho foi marcado por diversão, boa companhia e, é claro, muito amor!

O tradicional jantar realizado no Hotel Rota do Sol, em Guaratuba, já está em seu quinto ano e conta sempre com grande público para abrilhantar a festa.

“Pensamos em uma programação especial para agradecer os Auditores Fiscais e seus familiares. É em ocasiões como esta que fortalecemos amizades e unimos ainda mais nossa categoria”, afirma o vice-presidente sindical da entidade, Wanderci Polaquini.

Diversos filiados participaram e escolheram os pacotes para o Dia

dos Namorados oferecidos pelo Sindicato. Nos dois pacotes estava inclusa a hospedagem tanto no Hotel Rota do Sol quanto na Colônia de Férias.

Uma das opções incluía uma diária com jantar romântico no sábado (13), com direito a música e bebidas. A outra opção – mais completa – tinha duas diárias, com jantar na



sexta-feira (12) e jantar romântico no sábado (13), com direito a música e bebidas.

PROGRAMAÇÃO

Como não poderia faltar, a programação foi aberta no jantar do dia 12 com um prato tradicional espanhol: a paella. Outro costume do Dia dos Namorados do SINDAFEP.

“A paella é um prato à base de arroz com muitas variações, de acordo com a região e disponibilidade dos ingredientes no seu país de origem, a Espanha. Optamos por usar frango e frutos do mar, como camarão, marisco, lula, polvo, lagostim, lagosta, caldo de peixe bonito e demais temperos”, explica Polaquini.

O apetitoso cardápio foi bem apresentado pela decoração ambiente, que contou com flores vermelhas, pétalas de rosas pelo chão e nas mesas, e muitas, muitas velas para dar um clima romântico ao restaurante.

Toda a decoração foi feita pelos funcionários do SINDAFEP, que – além do bom trabalho realizado dentro da entidade – ainda demonstraram outras habilidades. “A decoração deste ano foi uma sur-

presa, devido à simplicidade e, ao mesmo tempo, à sofisticação que ela trouxe. Com todo esse cuidado, pudemos receber os Auditores e seus familiares de forma ainda mais especial”, comenta o vice-presidente.

Já no sábado, a música ficou por conta da dupla Yago e Santhiago, que animou o salão com estilos dançantes e românticos para os convidados entrarem no clima.

Os participantes puderam ainda saborear queijos e vinhos – dando término ao programa do final de semana. Cerca de 70 pessoas participaram da atividade que aqueceu o frio que fazia na cidade.

“A diretoria do SINDAFEP ficou muito contente com a grande participação dos filiados, pois esta comemoração foi preparada com muita dedicação – como em todos os anos. Esperamos que cada vez mais pessoas participem para aproveitar e realizar atividades diferentes conosco”, afirma a vice-presidente de administração, Nilce Costa de Oliveira Nascentes.

LOCAL

O Hotel Rota do Sol fica de frente para o mar e foi considerado um

O TRADICIONAL JANTAR REALIZADO NO HOTEL ROTA DO SOL JÁ ESTÁ EM SEU QUINTO ANO E CONTA SEMPRE COM GRANDE PÚBLICO PARA ABRILHANTAR A FESTA.

dos melhores hotéis do litoral do Paraná pelo *Guia Quatro Rodas Brasil*. Além disso, possui um restaurante que tem cardápio especializado em frutos do mar.

Na Colônia de Férias, os Fiscais contam com piscina, campo de futebol, quadra de esportes, cancha de bocha, sala de carteados, pebolim, sinuca, tênis de mesa e churrasqueira. Diversão para todos os gostos.

Os filiados que frequentam as sedes recreativas têm a oportunidade de interagir com Auditores Fiscais de todo o estado e com suas famílias. Com isso, aumentam a integração entre a categoria de todas as regionais e, conseqüentemente, a força do Sindicato.



Avaliadores concluem a divulgação do PGP-PR na 13ª DRR

Desde abril, os avaliadores do PGP-PR estão trabalhando intensamente para divulgar a iniciativa por todas as cidades do estado.

Recentemente, os Auditores Fiscais e avaliadores Lauro Yassuaki Yokoyama e Rejane Carla Fuhr Bonamigo finalizaram as visitas aos municípios da 13ª Delegacia Regional da Receita (DRR) em Cascavel.

Ao todo, 38 prefeituras municipais da região conheceram em detalhes o 3º PGP-PR. Segundo os avaliadores, os gestores demonstraram bastante interesse em participar da premiação.



“Nossa motivação fica mais evidenciada ao sabermos que as prefeituras já conhecem o Prêmio e demonstram

interesse em participar, vendo que outras prefeituras já foram premiadas em ‘grande estilo’, destaca Yokoyama.

Comitê Técnico do PGP-PR discute capacitação e divulgação da iniciativa

Em 17 de junho, foi realizada a reunião do Comitê Técnico do PGP-PR na antiga sede do SINDAFEP.

Na reunião, o Comitê discutiu questões relativas à realização do curso para avaliadores, que é feito para discutir questões de planejamento e avaliação de projetos.

Durante o encontro, os membros também apresentaram a relação de trabalhos realizados para a divulgação da premiação, como reuniões com secretários, apoiadores e outras autoridades.

Como uma das estratégias de divulgação, ficou definido que o



SINDAFEP entrará em contato com as associações de municípios para ver a possibilidade de participar

de suas reuniões e apresentar o Prêmio aos prefeitos e demais gestores.

Curso prepara avaliadores para encontrar os melhores projetos do Paraná

Encontrar boas iniciativas e políticas públicas que trazem resultados positivos para a população. É com este espírito que foi desenvolvido o curso de avaliadores do PGP-PR, em 9 de julho, na Escola de Administração Tributária (Esat).

O objetivo do curso é apresentar aos Auditores Fiscais – que atuam voluntariamente como avaliadores do Prêmio – conceitos e técnicas para planejamento e avaliação de projetos, propiciando as ferramentas para facilitar seu trabalho em campo.

“Ao visitar os municípios, os Auditores acabam atuando também como consultores para os gestores. Por isso, queremos dar a eles o instrumental teórico para que possam auxiliar os municípios a olhar os projetos da melhor forma e avaliar adequadamente as iniciativas”, destaca o coordenador-geral do PGP-PR, Laerzio Chiesorin Junior.

O curso, ministrado pela administradora Lycia Neumann, teve seu conteúdo dividido em duas etapas distintas para trabalhar os conceitos da melhor forma possível.

A primeira foi sobre gestão pública e planejamento, para que os Auditores pudessem compreender melhor a atuação dos gestores municipais e das prefeituras. Já a segunda tratou de monitoramento e avaliação, direcionada para aprimorar os trabalhos realizados pelos avaliadores.



Segundo Lycia, assim como a ideia do PGP-PR é encontrar projetos com resultados efetivos para a comunidade, a sociedade cada vez mais está exigindo respostas dos gestores e das políticas públicas. Isso consequentemente está mudando a forma de gestão, que está sendo voltada aos resultados.

“Para avaliar, há três critérios básicos: eficácia, eficiência e efetividade. Quanto mais se consegue que um projeto cumpra seu papel, use melhor os recursos e faça a diferença na comunidade, mais ele é merecedor de um prêmio”, esclarece Lycia.

Para o Auditor Fiscal da 4ª DRR Wagner de Faria Lima, o curso ajuda muito a aprimorar os trabalhos. “Com certeza o curso nos dá condições para avaliar melhor os projetos, pois para isso precisamos conhecer todos conceitos”, ressalta.

Mesmo para os avaliadores que trabalham no Prêmio desde sua primeira edição, o curso é fundamental. “Quanto mais o avaliador está preparado, melhor vai orientar os municípios. Com a capacitação nós temos uma visão mais ampla e conseguimos tirar dos projetos aquilo que eles têm de melhor”, afirma o Auditor Fiscal da 11ª DRR Osni Vito.

PRÓXIMOS PASSOS

Com a capacitação, agora será iniciada a etapa de avaliação dos projetos inscritos. O prazo de inscrição segue até 31 de agosto, mas, “nesse período, os Auditores vão começar a visitar os municípios já inscritos, para verificar o desenvolvimento e avaliar os projetos”, esclarece Chiesorin.

Após esta fase, será iniciado o processo de julgamento das iniciativas para a escolha dos projetos que serão premiados.

Sancionado o Estatuto da Pessoa com Deficiência

Foi sancionada, em 6 de julho, a lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania.

O texto classifica o que é deficiência: impedimentos de longo prazo de natureza física, mental e intelectual ou sensorial que podem obstruir a participação plena e efetiva de uma pessoa na sociedade em igualdade de condições com as demais.

A redação também prevê atendimento prioritário em órgãos públicos e dá ênfase às políticas públicas para as pessoas com deficiência em áreas como educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, cultura e esporte.

O Estatuto, além de consolidar e fortalecer o conjunto de medidas do governo direcionadas aos cidadãos com deficiência, também depende do cumprimento por parte de estados e municípios.

O presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho, afirma que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportu-

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Mais direitos:

- TRABALHO
- SAÚDE
- ALIMENTAÇÃO
- CULTURA
- PROFISSIONALIZAÇÃO
- DIGNIDADE

tunidades para com as demais pessoas, e o Estatuto irá auxiliar nessa questão, pois nenhum tipo de discriminação pode ser tolerado”.

A aplicação da lei institui que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar, prioritariamente, à pessoa com deficiência a efetivação de direitos referentes a vida, saúde, sexuali-

dade, paternidade e maternidade, alimentação, habitação, educação, profissionalização, trabalho, Previdência Social, habilitação e reabilitação, cultura, turismo, lazer, comunicação, avanços científicos e tecnológicos, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal.

Prepare-se, o 25º EFA está chegando!

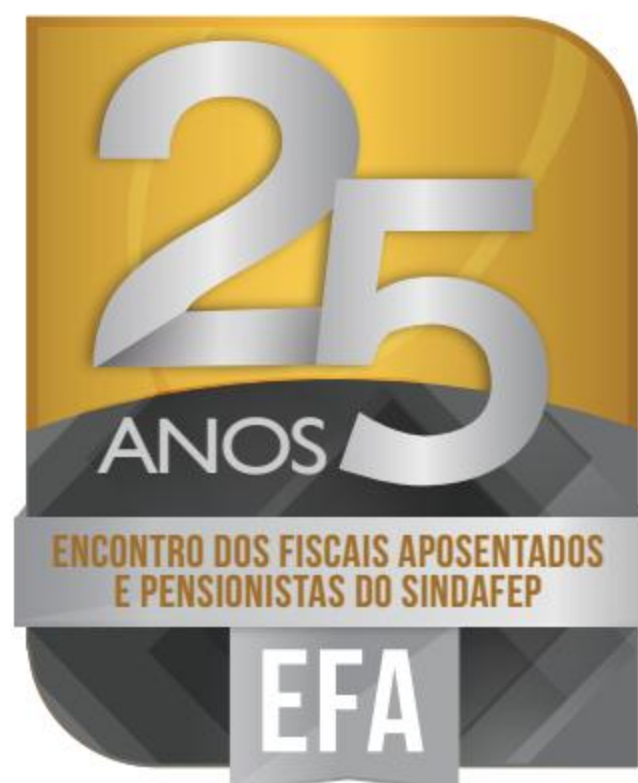
O tão esperado momento de reencontro e confraternização entre Auditores Fiscais está chegando. Marque em sua agenda e programe-se, pois de 5 a 7 de setembro será realizado o 25º Encontro dos Fiscais Aposentados e Pensionistas (EFA) do SINDAFEP.

Para participar, é necessário fazer reserva diretamente na sede do Sindicato, levando a autorização assinada e cópia da carteira de identidade.

De 12 a 22 de agosto será aberto o prazo para a reserva de apenas um

apartamento ou chalé por filiado; entre 25 e 29 do mesmo mês, poderá ser reservada mais uma acomodação; e, de 1º a 3 de setembro, serão liberadas as demais.

Os valores são de R\$ 130 para filiado ou cônjuge, R\$ 200 para convidado adulto, R\$ 135 para convidado criança (de 5 a 12 anos) e R\$ 230 por apartamento extra. Além da acomodação estão inclusos café da manhã para os dias 6, 7 e 8; almoço e jantar para os dias 5, 6 e 7; e a participação em todas as atividades.



Aposentados do SINDAFEP nas redes sociais

Os aposentados e pensionistas do SINDAFEP participaram de uma reunião do grupo em 25 de junho, com tema junino e comida e decoração típicas. Na atividade, a diretoria falou sobre a campanha institucional que está sendo realizada e ensinou os aposentados a utilizar as redes sociais.

O vice-presidente sindical, Wanderli Polaquini, foi o responsável por fazer o tutorial do Facebook. Mostrando ferramentas como “Curtir”, “Compartilhar” e “Comentar”, apresentou a página da entidade e falou da importância de todos ajudarem na divulgação da campanha.



Após a explicação, os aposentados interessados em ter um “bônus” se dirigiram aos computadores montados no

salão para orientação especial. Foi um momento para vários abrirem a conta na rede e participarem mais do Sindicato.

Audidores aprovam prestação de contas do SINDAFEP em Assembleia



Em 27 de junho, os filiados do SINDAFEP presentes durante a Assembleia Geral Ordinária aprovaram por unanimidade as contas e o balanço financeiro do exercício de 2014.

Cumprindo seu papel de Sindicato transparente e democrático, a diretoria do SINDAFEP realizou a Assembleia em conformidade com o que determina o art. 14 do Estatuto Social.

“Todos os anos fazemos essa Assembleia e abrimos as contas do Sindicato para que a classe também possa participar e ver tudo o que estamos fazendo, tanto pelos Auditores Fiscais quanto pela sociedade em geral”, afirma o presidente da entidade, José Carlos Carvalho.

“TODOS OS ANOS ABRIMOS AS CONTAS DO SINDICATO PARA QUE A CLASSE TAMBÉM POSSA PARTICIPAR E VER TUDO O QUE ESTAMOS FAZENDO.”

José Carlos Carvalho

AS CONTAS

Durante a Assembleia, foram apresentados aos Auditores o relatório dos exames efetuados pela empresa de auditoria externa, e os pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal (CF) e pelo CRS do SINDAFEP.

A contadora do Sindicato Rosângela Bueno de Godoi também esclareceu todos os pedidos e questionamentos feitos pelos presentes.

No relatório, a empresa de auditoria independente analisou criteriosamente todas as contas apresentadas pelo SINDAFEP, considerando todos os controles internos relevantes e

avaliando a adequação das práticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas feitas pela administração, e a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Todas as questões que envolvem o Sindicato – como valores referentes a ações sindicais, patrimônio, fornecedores, serviços de terceiros, gastos com funcionários, questões administrativas, festas e confraternizações – foram avaliados. Ao fim, concluiu-se que as demonstrações refletem a realidade da entidade e apresentam adequadamente sua posição patrimonial e financeira.

Além disso, os pareceres dos conselhos Fiscal e de Representantes – que verificaram os documentos da auditoria em cumprimento ao que é estabelecido pelo estatuto da entidade – também foram favoráveis em relação às contas e referendados pela categoria.



NOTIFISCO

PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2014

ENCARTE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (valores expressos em R\$ mil)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE	5.011	4.441	NÃO CIRCULANTE	232	(255)
DISPONIBILIDADES	3.596	3.500	Provisões p/ Contingências	232	(255)
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.596	3.500	PATRIMONIO SOCIAL	20.707	19.203
DIREITOS REALIZÁVEIS	1.415	941	Patrimônio Social	19.203	17.719
Contas a Receber	1.415	941	Patrimônio Social Próprio - Sede	16.704	13.818
NÃO CIRCULANTE	17.241	15.673	Patrimônio Social Próprio - Colônia	(4)	697
INVESTIMENTOS	22	21	Patrimônio Social Próprio - Hotel	(927)	(479)
IMOBILIZADO	17.219	15.652	Patrimônio Social Próprio - Umuarama	(918)	(802)
TOTAL DO ATIVO	22.252	20.114	Patrimônio Social Próprio - Londrina	(563)	(426)
			Ajuste Avaliação Patrimonial - Sede	427	427
PASSIVO	2014	2013	Ajuste Avaliação Patrimonial - Colônia	2.012	2.011
CIRCULANTE	1.313	1.166	Ajuste Avaliação Patrimonial - Hotel	152	153
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	53	99	Ajuste Avaliação Patrimonial - Umuarama	1.111	1.111
Repasso Regionais	174	171	Ajuste Avaliação Patrimonial - Londrina	1.209	1.209
Credores diversos	652	550	SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	1.504	1.484
Fornecedores	184	147	TOTAL DO PASSIVO	22.252	20.114
Outras Contas	136	96			
Provisões	114	103			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	2014	2013		2012	2011
RECEITA BRUTA	8.876	8.739	Fiscalizadas	(412)	(347)
Receita Bruta Operacional	8.876	8.739	EFA	(142)	(104)
RECEITA LÍQUIDA	8.876	8.739	Tributárias	(100)	(129)
Mensalidades - Plano de Saúde	296	394	Despesas Financeiras	(67)	(39)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.717	6.080	Receitas Financeiras	356	234
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(7.413)	(7.255)	Despesas não Operacionais	(166)	(38)
Encargos Trabalhistas	(2.014)	(1.806)	Receitas não Operacionais	1	27
Serviços de Terceiros	(345)	(349)	RESULTADO OPERACIONAL	1.463	1.484
Administrativas	(4.524)	(4.704)	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	41	-
			SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	1.504	1.484

PARECER DO CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS (CRS)

PARECER CRS Nº 001/2015

Os membros do Conselho de Representantes Sindicais do SINDAFEP - Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná, em reunião ordinária realizada no dia vinte e três de junho de 2015, em cumprimento ao disposto no artigo 33, inciso IV do Estatuto Social da entidade, apreciaram o Relatório de Desempenho da Diretoria Executiva Estadual e embasados nos Relatórios da empresa de auditoria externa e no Parecer do Conselho Fiscal, analisaram o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado do Exercício e as contas de Receitas e Despesas do SINDAFEP, referente ao exercício de 2014.

Decidiram os Conselheiros, por unanimidade, recomendar a aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2014, prevista no artigo 14, inciso I, do Estatuto, considerando-se suficientes os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva do SINDAFEP em relação aos Pareceres da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal.

Curitiba, 24 de junho de 2015.

José Carlos Endlich, Presidente do CRS



SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ

NOTIFISCO

PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2014

ENCARTE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARECER DO CONSELHO FISCAL (CF)

PARECER CF Nº 001/2015

O Conselho Fiscal do SINDAFEP, representado pelos conselheiros Luiz Fernandes de Moraes Junior, Carlos Alberto Stadler, Murilo Ferreira Walbach e Ghefferson Tavares, infra-assinados, reuniu-se, nesta data, para manifestar-se sobre os Demonstrativos Contábeis dos meses de janeiro a dezembro de 2014”, enviados com antecedência, a cada um de seus membros, por correio eletrônico.

Os indigitados demonstrativos são compostos de “Balancete de Verificação dos meses de janeiro a dezembro”, “Demonstração de Resultado Acumulado até dezembro de 2014” e “Orçamento Contábil- Movimento Comparativo-Acumulado”, do período respectivo.

CONCLUSÃO

Diante das recomendações e considerações acima expendidas, os Conselheiros Fiscais do SINDAFEP, presentes em número de quatro membros, quórum que atende ao mínimo exigido, consoante o disposto no parágrafo único, do artigo 48, do mencionado diploma legal, deliberam em aprovar “os Balancetes de Verificação relativos ao período de janeiro a dezembro de 2014”, com as ressalvas acima indicadas.

Curitiba, 20 de maio de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras SINDAFEP – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da SINDAFEP – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SINDAFEP – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS – AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores apresentados para fins de comparação, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram examinados por outros auditores independentes cujo relatório sobre as demonstrações financeiras referidas foi expedido em 06 de maio de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Curitiba (PR), 09 de Abril de 2015.